REBENA
Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem
ISSN 2764-1368
Volume 11, 2025, p. 291 - 300
https://rebena.emnuvens.com.br/revista/index

O que afeta a saúde do professor não é a sala de aula

What affects the teacher's health is not the classroom

Sérgio Brandão Defensor Menezes[1]

Submetido: 13/03/2025 Aprovado: 13/05/2025 Publicação: 09/06/2025

RESUMO

A saúde do professor é um tema desafiador, que embora permita um crescimento contínuo e uma evolução profissional na sala de aula, frequentemente, é afetada por questões institucionais e políticas que ultrapassam a prática pedagógica. O excesso de projetos extraclasses e reuniões, que muitas vezes não têm um impacto direto no trabalho docente, também aumenta a carga de trabalho e a burocracia, deixando pouco tempo para a preparação de aulas, correções de provas e o atendimento aos alunos. Atividades complementares, obrigatoriamente, presenciais, que visam apenas cumprir carga horária, podem ser mais um fator de sobrecarga. Além disso, os coordenadores pedagógicos poderiam desempenhar um papel mais eficaz se fossem capazes de se concentrar em focar nos alunos, oferecendo recursos para que o professor possa se dedicar mais no ensino e desenvolvimento dos alunos. No entanto, muitas vezes essas funções acabam sendo desviadas para tarefas burocráticas, aumentando ainda mais a carga de trabalho. A falta de apoio familiar, a cultura de priorizar os direitos dos alunos em detrimento de seus deveres, a aprovação automática e a bolsa presença sem critérios claros também são fatores que podem afetar negativamente o bem-estar dos professores. A falta de união da classe docente, sem representatividade sindical verdadeira, o ambiente tenso na sala dos professores, a burocracia excessiva são apenas alguns dos fatores que contribuem para a sobrecarga de trabalho e o desgaste. Ademais, planos de carreira inadequados e regras de aposentadoria que não são respeitadas também afetam negativamente a saúde dos professores. É fundamental que esses fatores sejam considerados e abordados para melhorar as condições de trabalho e a qualidade de vida dos professores. Esse artigo tem como objetivo; pontuar alguns fatores e situações que afetam a saúde do professor no seu desempenho da docência. Bem como, aborda de forma qualitativa a necessidade de repensar as políticas educacionais e priorizar o bem-estar e a valorização dos professores.
Palavras-chave: Saúde do Professor, Atividades Burocráticas e Sobrecarga de Trabalho.

ABSTRACT

The health of teachers is a challenging topic, which, while allowing for continuous growth and professional development in the classroom, is often affected by institutional and political issues that go beyond pedagogical practice. The excess of extracurricular projects and meetings, which often do not have a direct impact on teaching work, also increases the workload and bureaucracy, leaving little time for lesson preparation, grading, and student support. Mandatory face-to-face complementary activities, which aim only to fulfill workload requirements, can be another factor contributing to overload. Furthermore, pedagogical coordinators could play a more effective role if they were able to focus on students, offering resources so that teachers can dedicate more time to teaching and student development. However, these functions are often diverted to bureaucratic tasks, further increasing the workload. The lack of family support, the culture of prioritizing students' rights over their duties, automatic approval, and presence-based scholarships without clear criteria are also factors that can negatively affect teachers' well-being. The lack of unity among the teaching profession, without true union representation, the tense environment in the teachers' lounge, and excessive bureaucracy are just a few of the factors that contribute to work overload and burnout. Furthermore, inadequate career plans and disrespected retirement rules also negatively impact teachers' health. It is essential that these factors be considered and addressed to improve teachers' working conditions and quality of life. This article aims to highlight some factors and situations that affect teachers' health in their teaching performance. It also addresses in a qualitative way the need to rethink educational policies and prioritize the well-being and appreciation of teachers.
Keywords: Teacher Health, Bureaucratic Activities and Work Overload.

[1]Pós - Doutor em Educação pelo Centro de Estudios e Investigaciones para el Desarrollo Docente. Doutor em Ciências da Educação pela Universidad Tecnológica Intercontinental – UTIC. sergiodefensor@yahoo.com.br

1. Introdução

Embora muitos professores estejam preparados para os desafios dentro da sala de aula, são os fatores externos que lhes roubam a paz e afetam profundamente sua qualidade de vida. Além da sobrecarga de responsabilidades burocráticas, a saúde dos professores é afetada por diversos fatores, como a pressão para cumprir metas, tarefas exaustivas, o preenchimento de sistemas ineficientes, inúmeras reuniões e encontros presenciais, bem como o excesso de projetos extraclasse decorrentes de demandas incompatíveis com a realidade impostas à gestão e coordenação pedagógica.

Fatores como: a aprovação automática, a bolsa presença sem critérios claros, a busca ativa de alunos desistentes, a cultura de priorizar os direitos dos alunos em detrimento de seus deveres contribuem para a desvalorização do trabalho docente, minando a autoridade e a eficácia dos professores em sala de aula.

Ainda dentro dessa lógica, salientamos que a falta de união entre a classe docente, somada ao ambiente tenso que pode se instaurar nas salas dos professores, onde as frustrações se acumulam e não são devidamente abordadas, contribui, significativamente, para o desgaste profissional e pessoal deles. A isso se soma a ausência de uma representação sindical verdadeira, a desvalorização do plano de carreira e o descumprimento do tempo de contribuição para a aposentadoria, fatores que, juntos, geram falta de motivação e estímulo, comprometendo seu desempenho profissional no exercício da docência.

Esse artigo tem como objetivo; pontuar alguns fatores e situações que afetam a saúde do professor no seu desempenho da docência. Bem como, aborda de forma qualitativa a necessidade de repensar as políticas educacionais e priorizar o bem-estar e a valorização dos professores.

Esperamos que a reflexão aqui oferecida, seja capaz de influenciar os docentes e demais profissionais da educação, a fazer do espaço escolar um ambiente mais positivo e de apoio, onde as dificuldades possam serem discutidas de forma construtiva e as soluções possam ser encontradas em conjunto.

2. Desenvolvimento

Segundo Youbilingue (2023), os coordenadores pedagógicos desempenham um papel fundamental na escola, atuando como mediadores entre professores, alunos e gestão escolar, com funções que incluem planejar e implementar ações pedagógicas, apoiar o desenvolvimento profissional dos professores e garantir a qualidade do ensino. É fundamental que os órgãos de

educação redefinam as funções e prioridades dos Coordenadores Pedagógicos, focando em apoiar diretamente os alunos e liberando mais os professores de tarefas administrativas excessivas, permitindo que os docentes se dediquem mais efetivamente ao ensino e ao desenvolvimento dos estudantes.

Segundo Araújo, Pinho e Masson (2019), a saúde dos professores é afetada por condições de trabalho precárias, incluindo excesso de trabalho fora da sala de aula, o que pode levar a problemas de saúde mental e física. A sobrecarga de reuniões e projetos extraclasse está tirando o foco do professor de sua principal função: ensinar. Além disso, a obrigação de preencher cadernetas *on-line* que, frequentemente, apresentam problemas técnicos e exigem retrabalho – também contribui para a perda de produtividade e aumento da frustração. Se o professor pudesse se concentrar mais em dar aulas, sem a pressão da burocracia, a obrigação de cumprir carga horária desnecessária e o peso de tarefas administrativas, provavelmente, teria mais ânimo e satisfação na profissão, o que beneficiaria os alunos e a qualidade do ensino.

De acordo com (DIARIO DO CENTRO DO MUNDO, 2025), o caso da professora Silvaneide Monteiro Andrade, que faleceu após sofrer um infarto fulminante durante o expediente, é um exemplo trágico do impacto que a pressão e o estresse podem ter na saúde dos docentes. A morte súbita de Silvaneide, que lecionava língua portuguesa em uma escola da rede pública estadual no município de Curitiba – PR, gerou uma grande comoção na comunidade escolar e levantou questionamentos sobre as condições de trabalho e a saúde mental dos professores.

A pressão para cumprir metas educacionais foi apontada por alguns como um possível fator que contribuiu para a morte da professora. Colegas de trabalho também relataram estar "na exaustão" e trabalhando em condições indignas, o que sugere que o sistema educacional está colocando a saúde dos professores em risco. É fundamental que os gestores escolares e os órgãos públicos reconheçam os riscos associados ao estresse ocupacional e implementem medidas para reduzir a carga de trabalho e promover a saúde mental dos professores.

3. Atividade complementar, direitos, deveres e as constantes maquiagens burocráticas na educação

A Atividade Complementar (AC) foi uma conquista importante dos professores, que lutaram por um tempo dedicado à preparação de aulas, correção de provas, estudo e desenvolvimento profissional. No entanto, ao longo do tempo, essa conquista tem sido desvirtuada, com a AC sendo, frequentemente, preenchida com atividades burocráticas e reuniões que não necessariamente contribuem para a melhoria da qualidade do ensino.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), a Atividade Complementar é um espaço destinado ao diálogo, reflexão e socialização de práticas pedagógicas, garantindo um percurso educativo digno e sem interrupções para os educandos. Essa lei está para completar 30 anos e considerando a realidade atual, pós pandemia, em que a maioria dos serviços essenciais opera de forma remota, parece anacrônico exigir que os professores cumpram carga horária presencial nas escolas para realizar a AC. Além disso, o trabalho em casa pode ser mais produtivo para muitos professores, pois permite uma maior concentração e flexibilidade.

Em contrapartida, o ambiente escolar muitas vezes apresenta limitações, como falta de internet adequada e acesso a recursos bibliográficos individuais, o que pode dificultar o trabalho. Ademais, mesmo quando a AC é realizada na escola, é comum que os professores precisem complementar seu trabalho em casa, o que pode resultar em uma carga de trabalho dobrada e ineficiente. É fundamental reavaliar a utilização desse tempo e garantir que os professores possam aproveitar ao máximo a AC para se dedicar ao que é essencial: preparar aulas de qualidade, corrigir provas, estudar e se desenvolver profissionalmente.

Atualmente, a obrigatoriedade de cumprir a carga horária da AC na escola acaba por punir os professores, que se veem forçados a abrir mão de seu tempo para atividades burocráticas, em detrimento de sua própria realização profissional e do ensino de qualidade. Algumas reuniões pedagógicas são, frequentemente, marcadas por apresentações extensas de dados estatísticos de avaliações externas, que muitas vezes não refletem a realidade das escolas, pois os alunos são cobrados a responder conteúdos que não foram trabalhados em sala de aula, levando a respostas aleatórias e sem significado. Isso resulta em coordenadores pedagógicos discutindo números e estatísticas que não têm relevância prática, literalmente, falando para as paredes. É preciso repensar a abordagem dessas reuniões e das avaliações externas para torná-las mais significativas e alinhadas com a realidade das escolas.

Outro ponto crítico é o desequilíbrio preocupante que se instalou no sistema educacional, onde a ênfase excessiva nos direitos dos alunos não é acompanhada por uma cobrança equivalente de deveres e responsabilidades. Isso pode levar a uma falta de comprometimento e disciplina por parte dos alunos, prejudicando não apenas o próprio aprendizado, mas também o ambiente escolar como um todo. A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecem a responsabilidade dos pais na educação dos filhos.

> Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. (BRASIL, 1988, art. 229).
> É dever dos pais ou responsáveis garantir a frequência escolar dos filhos, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente: 'V - obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar.' (BRASIL, 1990, art. 129, V)

Contudo, observa-se uma tendência preocupante de pais delegarem à escola responsabilidades que deveriam ser assumidas no âmbito familiar. A realidade é que filhos chegam à escola com comportamentos problemáticos e sem limites claros, consequentemente, enfrentam dificuldades de adaptação e aprendizado. Quando a escola tenta corrigir essas questões, os pais se mostram resistentes a críticas e não aceitam a ideia de que seus filhos possam ter contribuído para o problema. Essa dinâmica é agravada pela pressão da gestão escolar, da sociedade e das famílias – que, frequentemente, direcionam a culpa aos docentes, sem considerar as complexidades do contexto educacional.

A aprovação automática e o bolsa-presença sem critérios claros contribuem para uma cultura de falta de motivação e responsabilidade entre os alunos. Segundo Tura e Marcondes (2011), a promoção automática pode ser considerada uma solução simplista para um problema complexo, que não aborda as raízes profundas das dificuldades de aprendizagem e não promove mudanças significativas na prática educacional.

De acordo com Ferreira (2010), a impossibilidade de aplicar punições adequadas para comportamentos indisciplinados coloca os professores em uma posição difícil, onde eles são culpados por não ter controle sobre a turma, mas não recebem o suporte necessário para lidar com situações desafiadoras. Isso leva a uma situação insustentável, onde os professores são responsabilizados por manter a ordem e disciplina, mas não têm as ferramentas ou autoridade para fazê-lo de forma eficaz. Como resultado, muitos alunos frequentam a escola mais por obrigação ou benefício financeiro do que por um desejo genuíno de aprender e se desenvolver, o que pode afetar, negativamente, a qualidade da educação e o desempenho acadêmico.

Mesquita (2021) destaca que a verdadeira batalha dos professores não é transmitir conhecimento, mas sim despertar o desejo de aprender em alunos que parecem ter desistido. É nesse contexto que surge a figura do professor como 'profissional das relações' e 'construtor de sentidos', capaz de superar barreiras e promover a transformação. A busca ativa de alunos desistentes é uma tarefa desgastante e desmotivadora, pois além de lidar com os desafios cotidianos da sala de aula, eles são obrigados a se envolver em atividades administrativas que os afastam de sua principal função: ensinar.

Imagine um cego em uma sala desconhecida, cercado por móveis e obstáculos invisíveis. Você, como guia, está pronto para ajudá-lo a se mover com segurança. Mas, antes de dar o primeiro passo, você pergunta: 'Para onde você quer ir?' E o cego responde: 'Não sei.' Nesse momento, você se dá conta de que não pode ajudá-lo a encontrar o caminho, pois não há um destino claro. Essa situação é paradoxal: o cego precisa de orientação, mas não sabe para onde quer ir. É um impasse. E é, exatamente, isso que acontece com muitos alunos: eles estão em uma jornada de aprendizado, mas sem saber para onde estão indo. Sem objetivos claros, o processo de

aprendizado se torna uma caminhada sem destino, e o professor se torna um guia sem direção. Isso nos leva a refletir: como podemos ajudar os alunos a encontrar seu caminho, se eles não sabem para onde querem ir?

A constante solicitação para que os professores aprimorem a aprendizagem de alunos, que não têm interesse algum em aprender, torna-se uma fonte de estresse e desgaste profissional. É desnecessário reiterar a importância desse papel, uma vez que os docentes já estão cientes de sua responsabilidade em promover a aprendizagem. A repetição dessas demandas pode ser percebida como uma falta de reconhecimento da complexidade do trabalho docente e das limitações enfrentadas em sala de aula.

Em muitas escolas, é comum ver alunos sendo direcionados para cursos técnicos que não são sua primeira escolha, simplesmente, porque não há vagas nos cursos de ensino médio que desejam. Isso leva a uma falta de motivação e engajamento, pois os alunos se sentem obrigados a seguir um caminho que não é o seu. É desanimador ver estudantes que, às vezes, sonhavam com uma carreira específica, mas acabam sendo forçados a fazer um curso que não tem relação com seus interesses. Como motivar esses alunos?

Segundo Neri (2010), a educação profissional desempenha papel central na formação de trabalhadores qualificados, pois oferece uma alternativa de prazo mais curto e focada nas necessidades dos negócios, ressaltando a importância de analisar a demanda local para oferecer cursos técnicos que atendam às necessidades específicas do mercado de trabalho. Entretanto, em algumas escolas de Educação Profissional, a imposição de cursos técnicos, sem considerar as necessidades e demandas da sua comunidade, é um problema que nos faz questionar: para quem estamos formando esses profissionais? Cursos que são oferecidos há mais de uma década sem mudanças significativas não atendem às necessidades do mercado de trabalho atual e, muitas vezes, a comunidade já está saturada de profissionais com a mesma formação. Isso nos leva a refletir sobre a importância de uma educação que seja relevante e conectada às necessidades reais da nossa comunidade.

4. A desvalorização profissional e fragilidade da categoria mediante as políticas partidárias

A falta de união entre os professores não apenas afeta o ambiente de trabalho, mas também dificulta a defesa eficaz dos direitos e interesses da classe docente, tornando a profissão mais vulnerável à desvalorização e ao descaso. Isso não afeta apenas a motivação e a satisfação dos professores atuais, mas também pode desencorajar novos talentos a se juntarem à profissão, perpetuando um ciclo de desvalorização e escassez de profissionais qualificados. Para Santos

(2015), a desvalorização da profissão docente é um problema grave que afeta não apenas os professores, mas toda a sociedade.

Stockler (2016) destaca que a sala dos professores muitas vezes se torna um ambiente marcado pela insatisfação e pelo descontentamento, onde a reclamação se torna uma forma de expressão comum entre os docentes. Este ambiente, que deveria ser um espaço de apoio e troca de experiências, pode se tornar um ambiente tenso e desmotivador quando as frustrações não são abordadas de forma construtiva. Isso pode ser agravado por comentários derrotistas e críticas infundadas de alguns colegas, que podem minar a motivação e a confiança dos professores. Portanto, é fundamental que os professores e gestores escolares trabalhem juntos para criar um ambiente mais positivo e de apoio, onde as dificuldades possam ser discutidas de forma construtiva e as soluções possam ser encontradas em conjunto.

A presença da gestão e coordenação na sala dos professores durante o intervalo já é motivo de estresse para muitos, que antecipam cobranças e demandas adicionais que podem tirar sua paz. Outro ponto crítico é a prática de passar informes durante o intervalo, o que pode excluir os que evitam a sala de professores do acesso às informações importantes. Considerando que a escola dispõe de outros canais oficiais de comunicação, seria mais eficaz utilizar esses meios para compartilhar informações, preservando o pouco tempo de descanso dos professores e garantindo que todos estejam igualmente informados. Algumas escolas chegam a proibir a prática de passar informes durante o intervalo, reconhecendo a importância de preservar o tempo de descanso e recuperação dos docentes.

OLIVEIRA (2024) afirma que o enfraquecimento da classe trabalhista é resultado da politização do sindicato, influenciada pela polarização política, e busca entender as causas e consequências desse fenômeno. O sindicato dos professores enfrenta uma crise de credibilidade devido à sua atuação questionável. Com muitos membros buscando cargos no governo ou carreiras políticas, a defesa dos interesses dos professores parece ter ficado em segundo plano. A categoria está perdendo direitos fundamentais, como o plano de carreira, enfrentando aumentos no tempo de serviço e nas contribuições para a aposentadoria. O tempo de serviço, que deveria ser valorizado, frequentemente, é ignorado. Nesse contexto, o sindicato falha em cumprir seu papel de defensor dos professores, deixando a categoria desprotegida e sem representação eficaz.

A aposentadoria especial dos professores da educação básica é um direito previsto na Constituição Federal.

> "Os ocupantes do cargo de professor terão idade mínima reduzida em 5 (cinco) anos em relação às idades decorrentes da aplicação do disposto no inciso III do § 1º, desde que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio fixado em lei complementar do respectivo ente federativo. " (BRASIL, 1988, art. 40, § 5º)

Devido à má administração do governo com os fundos previdenciários, os professores estão sendo obrigados a trabalhar além do tempo previsto. O direito de se aposentar 5 anos antes não é um privilégio ou um prêmio merecedor para esses profissionais, que deveriam ser reconhecidos como a profissão mais importante da nação, mas sim um reconhecimento constitucional da natureza desgastante da profissão, que afeta diretamente a saúde mental e física dos professores. Essa antecipação não é uma mera formalidade, mas sim uma medida necessária para compensar o desgaste acumulado ao longo de anos de trabalho, que pode levar a problemas de saúde graves e irreversíveis.

No entanto, em vez de respeitar esse direito, o governo está impondo obstáculos financeiros para que os professores possam se aposentar, prolongando seu tempo de trabalho e comprometendo ainda mais sua saúde e bem-estar. É uma situação que reflete a falta de valorização e cuidado com os profissionais que dedicam suas vidas à educação. Há professores na ativa que já extrapolaram o tempo de serviço em quase 10 anos a mais do necessário para se aposentar. É uma injustiça que afeta não apenas a saúde e o bem-estar dos professores, mas também a qualidade da educação que eles podem oferecer.

5. Conclusão

Para reverter a perda de identidade e propósito da profissão docente, é fundamental redefinir as funções dos coordenadores pedagógicos para focar em questões pedagógicas e desenvolvimento estudantil, permitindo que os professores se concentrem em suas principais responsabilidades e reduzam o estresse e a sobrecarga de trabalho. Além disso, é necessário reconhecer a importância da flexibilidade e autonomia das Atividades Complementares, para que os professores possam utilizar seu tempo de forma eficaz e melhorar a qualidade da educação.

Nesse contexto, é crucial que os professores se unam para exigir que seus direitos sejam respeitados e defendidos, incluindo a garantia de uma aposentadoria digna após anos de serviço árduo, por meio de uma reforma na legislação. Considerando que o modelo educacional atual é marcado por uma lógica de marketing político que prioriza a aparência de investimento em detrimento da qualidade do ensino, desmotivando professores dedicados e comprometendo a essência da profissão, somente assim será possível resgatar o valor e o respeito pelo magistério e promover uma educação de qualidade e disciplina.

A combinação de tarefas exaustivas, burocracia ineficiente e falta de apoio cria um ambiente hostil que afeta a saúde e o bem-estar dos professores. O caso da professora Silvaneide é um exemplo trágico do impacto que a pressão para cumprir metas pode ter na saúde dos

docentes, e destaca a necessidade de um equilíbrio mais saudável entre as demandas do sistema educacional e o bem-estar dos professores.

A ausência de representação sindical verdadeira e a perda de direitos, como plano de carreira e tempo de serviço, agravam o desgaste profissional e comprometem a qualidade do trabalho docente. Os professores buscam paz e tranquilidade para se dedicar ao que realmente importa: ensinar e inspirar. É hora de repensar as políticas educacionais e priorizar o bem-estar e a valorização dos professores.

Referências

ARAÚJO, Tânia Maria de; PINHO, Paloma de Sousa; MASSON, Maria Lucia Vaz. **Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil**: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 35, supl. 1, p. 1-15, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: [s.n.], 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

DIARIO DO CENTRO DO MUNDO. **Professora de escola em Curitiba morre durante reunião de cobrança de metas**. Atualizado em 1 de junho de 2025. Disponível em: https://www.diariodocentrodomundo.com.br/professora-de-escola-em-curitiba-morre-durante-reuniao-de-cobranca-de-metas/.

FERREIRA, Francisco José Alves. **Indisciplina em sala de aula**. 2010. 70f. – TCC (Monografia) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Centro de Treinamento e Desenvolvimento, Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior, Fortaleza (CE), 2010.

MESQUITA, S. **Ensinar para quem não quer aprender**: um dos desafios da didática e da formação de professores. Proposições, Campinas, SP, v. 32, e20170115, 2021.

NERI, M. C. (Coord.). **A Educação Profissional e Você no Mercado de Trabalho**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Políticas Sociais, 2010.

OLIVEIRA, Ygor Daniel Silva de. **O enfraquecimento da classe trabalhista frente à politização do sindicato**. 2024.

SANTOS, W. A. (2015). **Uma reflexão necessária sobre a profissão docente no Brasil, a partir dos cinco tipos de desvalorização do professor**. Sapere Aude, 6(11), 349–358.

STOCKLER, Leonardo. **A sala dos professores**. Publicado em 22 jun. 2016. Disponível em: https://naoleiaisso.com/2016/06/22/a-sala-dos-professores/.

TURA, M. de L. R.; MARCONDES, M. I. **O mito do fracasso escolar e o fracasso da aprovação automática**. Cadernos do Aplicação, 2011. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/1544.

YOUBILINGUE. **Funções e Desafios do Coordenador Pedagógico**. Disponível em: https://www.youbilingue.com.br/blog/funcoes-e-desafios-coordenador-pedagogico/.